

# REVISTA HISTORIAR

***Maria Janicleia dos Santos***

*Graduada em História pela Universidade do Vale do Acaraú e Especialista em Ensino de História do Ceará - UVA*

***Carlos Augusto Pereira dos Santos***

*Doutor em História pela – UFPE.*

*Professor Adjunto do curso de História da Universidade do Vale do Acaraú – UVA.*

## PODER E TRABALHO NO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE IPU

### Resumo

---

O presente artigo procura, através de abordagens próprias da História Cultural, avaliar os principais impasses em relação ao exercício do poder no Campo de Concentração de Ipu de 1932, avaliando-se esse poder por meio de pesquisa que estuda o trabalho desenvolvido em seu entorno, as regras de disciplinamento e a presença católica em seu cotidiano.

**Palavras-Chave:** trabalho. disciplina. poder. Cotidiano.

---

### Abstract

---

This article seeks, through their own approaches of Cultural History, assess the main problems in relation to the exercise of power in the Concentration Camp Ipu 1932, evaluating this power through research that studies the work on its surroundings, the rules of discipline and Catholic presence in their daily lives.

**Keywords:** job. discipline. power. everyday.

## **Introdução**

A realidade do Ceará do no início da década de 1930 se definia como que para impor significativas modificações nas vidas de pessoas e na configuração espacial e social das cidades, em especial daquelas que foram atendidas pelo projeto governamental dos Campos de Concentração, pensado para minorar a fome de pessoas atingidas pela seca de 1932, ou seja, que receberam um campo de concentração. A seca marcou o estado naquele período e lançou nas estradas, na miséria e na fome muitas famílias, as quais acabaram por ficar à mercê das consequências daquela realidade.

Veremos que o cotidiano desses “degredados” teve que se redimensionar a novos territórios, novos contatos e novas regras, pois, vendo-se sem mais nenhuma escolha, buscavam os campos de concentração como forma de salvação. Contudo, nesses campos as coisas não seriam mais como antes. Outra ordem de vida se elaborou com a migração de populações atingidas, um dos principais fatores que marcaram essa outra ordem foi o trabalho, usado como forma de combater a ociosidade e implantar a disciplina, duas coisas bem necessárias para a sociedade que vivia o início do século XX.

### **1. O sol quente da seca e a luz do progresso: poder e trabalho**

Antes de 1931, enquanto o sol da seca ainda não ardia na pele, a maioria das famílias permanecia ainda em suas casas. Mas a situação mudou e muitas delas se obrigaram a iniciar um intenso processo de retirada, rumando para as cidades ditas mais prósperas, em busca de sobrevivência. Essas cidades, contudo, passaram a se incomodar com o aspecto que tomavam a cada dia, como o foi o caso de Fortaleza, devido ao acúmulo de retirantes nas ruas, pedindo esmolas. Mulheres, homens, crianças e velhos passaram a viver por um bom tempo nas ruas, dependendo da boa vontade dos mais caridosos. O fato é que, naquele momento, o Brasil vivia inserido num ideal de progresso e civilização que não permitia o convívio direto da parcela civilizada da cidade, com pessoas vistas como provincianas, de costumes arcaicos e aspectos grosseiros, de modo a enfeiar a cidade.

Manter aquelas pessoas nas ruas por muito tempo significava permitir o perigo de roubos, promiscuidade, indisciplina na cidade e sujeira. Ou seja, tudo aquilo que a elite não queria para si, ou para perto de si. Assim começavam a surgir pedidos de ajuda, feitos pelos que tinham melhores condições financeiras aos governos estadual e federal, solicitações essas que na verdade significavam mais profundamente um desejo de afastar os pedintes de suas portas. Nesse ritmo se ia implorando a ajuda, principalmente do governo federal, para serem enviados recursos financeiros

e obras. Pediam a construção de açudes, prolongamentos de estrada de ferro, de estradas de rodagem, construção de portos, de prédios públicos, etc. Para isso, declarava-se, tanto por parte da elite quanto por parte dos retirantes, quase que diariamente o flagelo da seca nos jornais. Reclamava-se muito de haver tantas pessoas sem trabalho.

Mas fornecer serviços não era o suficiente para que essa sociedade enriquecida conseguisse dormir em sossego, porque homens e mulheres ainda incomodavam a essas pessoas acostumadas aos perfumes e avessas à sujeira que cada vez mais as assustava. Então, era preciso “esconder a sujeira debaixo do tapete”, afinal, o que os olhos não veem o coração não sente! Dessa forma, o plano de criar campos de concentração no Ceará para abrigar as populações famintas foi sendo cada vez mais alimentando.

Apesar de carregado de humanitarismo, o pedido dos campos de concentração atendiam a diversos interesses, estava de acordo com as ideias de higiene, civilização e evolução social defendidas naquele período, bem como tentava livrar a elite do convívio incômodo com os pobres, além de também garantir mão de obra farta e barata para erguerem seus projetos de construção nas cidades. Para atender a esse propósito, não demorou muito para que fossem construídos sete campos no Ceará, exatamente nas cidades de Quixeramobim, Senador Pompeu, Ipu, São Mateus, Crato e Fortaleza, que recebeu dois deles.

De acordo com largos estudos do historiador ipuense Antônio Vitorino Farias Filho, a sociedade de Ipu, precisamente a sociedade rica, também buscou, desde o início do século, acompanhar esses ideais, adotando para si novas condutas, novas formas de sociabilidade, procurando também abolir todo tipo de costume que denunciava o atraso social em que vivia a maioria da população. Adotou-se um discurso de que Ipu estava crescendo, já não era mais um lugarejo qualquer, afinal, a cidade já era dotada de uma linha ferroviária desde 1894, o que significava que crescia economicamente e culturalmente, já que o comércio entrou em franco desenvolvimento e os trilhos traziam o que era de mais novo em termos de livros, jornais, roupas, etc. Traçava-se o desenho de uma nova cidade dentro de uma que se fazia velha.

Foi em meio a esse contexto de busca pelo crescimento social, ao menos por alguns, que Ipu recebeu o Campo de Concentração, o único da região norte cearense. Então a seca, que poderia ser uma assombração para a cidade, a exemplo da capital cearense que encarou com mais frequência a presença desordenada dos retirantes por suas ruas, passou a ser uma chance clara de crescimento, de maneira que agilizou projetos de construção desejados pela elite.

O Campo de Concentração de Ipu, denominado com o nome de José Américo de Almeida,<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, Francelina Martins. *Cascata de Cristais*. Fortaleza: FIEC/SENAI/CE, 1994, p. 48.

então ministro de Viação e Obras Públicas do governo varguista durante o período Provisório, foi inaugurado em 26 de abril de 1932 pelo tenente Floriano Machado,<sup>2</sup> então delegado oficial da primeira zona, e abrigou ao longo de seu funcionamento pouco mais de dez mil pessoas.

O que nos interessa frisar aqui é como os grupos de poder de Ipu conseguiram transformar essa massa esfomeada em mão-de-obra nos serviços públicos, favorecendo as contas da prefeitura. E esses dividendos, como veremos, realmente permitiram que se alavancassem muitas obras na cidade de Ipu, obras que, diferente do que nos dizia o então prefeito Joaquim Lima, não atenderam na sua maioria às necessidades do público em geral, já que ficaram circunscritas principalmente ao centro da cidade, lugar de morada da sociedade enriquecida, ou atendiam aos desejos e ideais de modernidade dessa mesma sociedade.

Assim, Joaquim Lima consegue retirar do centro da cidade o antigo prédio do presídio, obra que já havia sido parcialmente iniciada em 1925, pelo então prefeito José Raimundo de Aragão Filho. Levantou-se outro um pouco mais afastado, hoje já engolido pelo crescimento espacial da cidade, onde funciona a Casa de Cultura Professora Valdevez Soares. O intuito de retirar o presídio do centro da cidade funcionava no sentido de livrar as camadas mais abastadas do convívio com os indesejados, que eram os presos, e também da falta de higiene que ameaçava a saúde de quem por ali passasse. Era preciso retirar daquele espaço “o depósito anti-higiênico” e “mal impressionador”, atendendo ainda ao interesse de transformar a antiga cadeia em “elegante prédio, sede da municipalidade”, como temos nas próprias palavras de Joaquim Lima.<sup>3</sup>

Além da cadeia pública, estradas e ladeiras foram criadas ou aperfeiçoadas, no intuito de se facilitar o comércio de outras localidades com Ipu, bem como foi posto em construção o calçamento de algumas ruas da cidade. Mas tudo isso não teria sido possível se não fossem os concentrados. Nesse sentido, era justificado que se utilizasse da mão-de-obra flagelada, até porque se bateu muito nessa tecla no início do problema da seca: havia muita gente ociosa, de mãos abanando. Essas mãos precisavam se ocupar.

O Campo distava três quilômetros da cidade, ficou situado na localidade de Espraiado e teve suas instalações edificadas em sítio pertencente ao juiz de direito de Ipu, na época, Dr. Souto Maior. De acordo com o Sr. Vicente Lúcio, ex-morador do Campo, o território foi escolhido porque era dotado de muito boa água, no entanto, sabemos que os motivos que levaram os administradores a escolherem Espraiado como lugar propício a abrigar o Campo de Concentração ultrapassam essa necessidade de boa água. A questão é que, baseando-se em todo aquele discurso

---

<sup>2</sup> Jornal *O Povo*. 12/07/1932. Fortaleza - CE.

<sup>3</sup> LIMA, Joaquim. *A administração em Ipu no Regime Revolucionário*. Sobral – CE: Oficinas gráficas do Correio da Semana, 1935 (sem referência de página)

de progresso que analisamos anteriormente, não era permitido que um aglomerado de gente desconhecida, muitas vezes sem educação e com hábitos “arcaicos”, convivesse no mesmo espaço daqueles que se mostravam como agentes do crescimento da cidade. Além desses motivos, não podemos deixar de notar também a questão da praticidade que tinha o lugar, por ser perto da linha férrea que corta a cidade, e do cemitério, facilitando, dessa maneira, a entrada para continuar a vida ou a saída no caso de morte. Uniram-se todos esses detalhes e pronto, Espiraiado nunca mais seria o mesmo.

O Campo de Concentração de Ipu tinha todo um aparato para se manter a ordem, como a cerca, o guarda e seu cassetete, um esquadrão policial composto pelos próprios concentrados, etc. “Na saída e na entrada tinha os guardas que a gente chamava os vigia”.<sup>4</sup> Havia uma necessidade enorme de se manter a ordem dentro do Campo, também de maneira a impedir que uma possível desordem acontecesse fora dele, assim, tudo deveria ser “guarnecido”, como nos disse o Sr. Vicente Lúcio: “guarnecer o que aparecia mal feito, né? O que aparecer mal feito os guarda viam. Prendiam!”.<sup>5</sup>

Nessa primeira foto que temos abaixo, pode-se perceber que na fileira da frente se colocam quase que completamente apenas os que exerciam poder no Campo de Concentração: os guardas, os padres e demais auxiliares da administração. Note-se o primeiro homem da esquerda para a direita, ele é um dos vigias do Campo; o segundo e os últimos da fila também. É bem nítido o cassetete na mão do primeiro vigia. Tratava-se apenas um objeto rústico feito de um pedaço de madeira, provavelmente jucá, mas que significava muito nas relações de subordinador e subordinado dentro da Concentração.

---

<sup>4</sup> Entrevista com Raimunda Vera-Cruz de Oliveira (Budinha), aposentada, 92 anos, realizada no dia 14/04/2013.

<sup>5</sup> Entrevista com Vicente Lúcio Ferreira, 94 anos, aposentado, realizada no dia 13/07/2013.



**COMITIVA DE PADRES, COMPOSTA POR D. JOSÉ E DEMAIS OUTROS, EM RETIRO PAROQUIAL NO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE IPU.**



**MORADORES DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE IPU  
FOTOS GENTILMENTE CONCEDIDAS POR FRANCISCO DE ASSIS MARTINS, O  
PROFESSOR MELO.**

Quando pergunto a Budinha, uma de nossos entrevistados, se os concentrados saiam muito do Campo, ela me diz que “num tinha tanto essas coisa como hoje, o povo tudo era ali, tudo”,<sup>6</sup> e o Sr. Vicente Lúcio afirma, quanto ao comportamento das pessoas, que “de primeiro era muito difícil sem vergonha! Hoje é que é fácil”.<sup>7</sup> Mesmo com essa aparente calma dos concentrados, não só dos adultos, mas também das crianças, fazia-se necessário para o mantimento da ordem um vasto número de auxiliares com funções de policiamento. Todas as atividades do Campo, assim, eram vigiadas, noite e dia, pelos guardas. Contudo, ainda assim houve casos de roubo, como aconteceu quando um senhor roubou uma vaca do Dr. Souto Maior, dono do terreno, para se alimentar. Como a ração era pouca e, além disso, de baixíssimo valor nutritivo, muitos acabavam cometendo delitos como esse.

Além de vigiarem os depósitos de comida, os guardas tinham a função também de organizar as filas para distribuição da “bóia” na hora das refeições. Disse *O Povo* que “um feitor encarregasse de 50 chefes de família na ocasião das refeições e desse modo a distribuição é feita com a máxima ordem”.<sup>8</sup> Mas o que os depoimentos nos mostram é que essa “ordem” não existia tão perfeitamente assim, veja-se o relato do Sr. João Preciosa: “quando era mei dia era danadim, os tachão cozinhando, aí dez tacho ou doze chei de de comer, botando pro pessoal e o pessoal vuuuu (sinal de muita ânsia do povo), e os guarda ataiando”.<sup>9</sup>

Era na hora da distribuição da comida que aconteciam alguns casos de abuso de poder, até mesmo por parte dos próprios cozinheiros e guardas. Em Ipu temos casos clássicos, contados por muitas pessoas, sobre esses descontroles emocionais dos vigilantes.

O meu pai falava que tinha o guarda de formar fila, né? Aliás, diz que teve uma senhora que botou uma panela lá na frente pra apanhar a comida, o guarda quebrou a panela dela. Então essas coisas tristes dentro... o guarda quebrou, deu uma cacetada, quebrou a panela da pobre mulher. É essas passagens tristes, né? É que parece que ela furou a fila, num sei como é que foi, ela foi botar a panela aqui assim... “fasta pra lál!” Tacou, quebrou a panela da pobre mulher. Quem contava isso foi a minha mãe (...), que o meu pai ficava lá vendo essas coisas, né?<sup>10</sup>

O Campo abrigava essas espécies de relações, onde amor e ódio estão em constante convívio, é uma dicotomia que se percebe de longe. Disciplina e desordem, bom comportamento e vadiagem, exploração e benevolência parecem fazer parte de uma mesma família. Claro, tudo isso faz parte do próprio espírito humano, mas o que vem à mente é que ali, naquele ambiente cercado e vigiado, todas essas emoções se exaltavam, era como se fosse uma cidade dentro de outra cidade

<sup>6</sup> Raimunda Vera-Cruz de Oliveira (Budinha), entrevista já citada.

<sup>7</sup> Vicente Lúcio Ferreira, entrevista já citada.

<sup>8</sup> *Jornal O Povo*. 12/07/1932. Fortaleza-CE.

<sup>9</sup> Entrevista com João Gomes de Oliveira (João Preciosa), aposentado, 94 anos, realizada no dia 14/04/2013.

<sup>10</sup> Entrevista com Francisco Ângelo (Chico Ceará), policial aposentado, 83 anos, realizada no dia 18/03/2013.

ou uma casa dentro de outra casa. No entanto, pistas nos vêm mostrar que, apesar de que pudesse haver uma suspeição perene nas relações do Campo, havia também relações de solidariedade. umas por proximidade familiar, algumas provavelmente por interesse, e outras mesmo por existir companheirismo e solidariedade espontâneos.

Mas, ainda falando de mecanismos de disciplinamento, podemos dizer que vigiar, portar objetos de bater, como o cassetete, tudo isso existia para responder à necessidade de lembrar. Era preciso constantemente lembrar que ali não era a casa de ninguém, ali era um favor que o governo concedia, mas que queria todos obedientes, respeitando aos guardas, aos limites das cercas, aos horários de trabalho e, também, aos toques da sineta que avisavam a hora da refeição.

No entanto, esses não foram os únicos meios postos em prática para o disciplinamento dos flagelados, o trabalho também tinha forte influência como mecanismo para barrar a ociosidade. Nos jornais, era uma das coisas em que mais se focava quando se pedia trabalho para os sertanejos, mais que dar condições de sobrevivência, através do ganho de algum dinheiro, o trabalho serviu como combate ao tempo livre e ocioso. Com base nesse discurso, homens e mulheres faziam os mais diversos serviços não por livre e espontânea vontade, mas porque era imposto. No caso das mulheres, deveriam lavar as roupas, tratar as vísceras dos bois, ou fatos, como se costuma chamar no Nordeste, costurar, dentre outras atividades. Os homens eram destinados a construção de barracas, à limpeza, à vigilância, ao abate dos bois e ao trabalho na cozinha, mas a maioria deles era destinada aos serviços de construção na cidade.

Os que iam para essas construções recebiam o pagamento ou em dinheiro, ou em víveres, como nos deixa entrever uma das falas de Budinha. Mas o fato é que o cotidiano dos flagelados tinha que ser controlado constantemente, não era admitido que alguém se desse ao prazer de não fazer nada. Assim, mesmo encarnando o protetor das populações carentes, essas elites vinham também com um discurso moralizante, que soava mais como um imperativo ao trabalho, onde o ócio aparecia como grande aliado da desordem e da malandragem.

Bom, era realmente justo que se desse trabalho e por ele fosse pago um salário. Afinal, era o que exigia também o retirante que largava toda sua vida para se empregar em atividades como as que vimos. A necessidade fazia com que essas pessoas se sujeitassem às novas condições de vida que surgiam, e por isso cobravam serviços do governo. No entanto, esse mesmo governo que estendia caridade e essa mesma sociedade que se dizia responsável, utilizavam-se dessa fragilidade em que se encontrava o sertanejo para explorar. A exploração, pelo que vejo, era o que levava alguns a se recusarem aos serviços, não era o trabalho em si, e sim o fato de ser algo impositivo, que funcionava baseado no medo, onde havia o feitor ali a gritar “tira pedra! Vamo logo com isso, negrada malandra!”, como relatava o seu Lúcio do conto *Trinta e dois* de Magalhães Martins.



Os sertanejos, a maioria deles acostumados à enxada, que plantavam na hora que a natureza pedia e colhia quando ela mandava, que fazia seus serviços no campo, cuidando de suas plantas, de seus animais, ou mesmo dos outros, faziam isso com a lógica do seu cotidiano. Se havia exploração por parte de patrões, era uma exploração entendida como comum, como natural, afinal, geralmente esse patrão era o coronel e nem sempre este assumia figura de carrasco, e sim de amigo, compadre, um membro familiar. Já nos postos de trabalho, quando apreciavam feitores que deixavam o poder subir à cabeça, a situação era diferente, pois se assemelhava a regime de escravidão. De sol a sol, com uma alimentação extremamente falha e com abusos por parte de alguns, é de se esperar que houvesse mesmo quem se negasse ao trabalho.

Utilizou-se dos flagelados como foi possível, até mesmo para irem lutar na Revolução Constitucionalista, que eclodiu no Brasil em 1932. Para servir na Revolução, o discurso do combate à ociosidade foi posto em cena, inculca-se a ideia da importância do trabalho como meio de se evitar a vagabundagem e como forma de se agradecer ao governo getulista, tido por muitos naquela época como aquele que tinha vindo salvar os brasileiros das garras dos coronéis e das oligarquias, que se entendiam naquele momento caracterizados como constitucionalistas. A ideia que predominava estava nesse sentido: “combata os constitucionalistas e seja um patriota”, “combata os constitucionalistas e retribua os favores prestados por Getúlio”.

Havia nos discursos que incentivavam ao trabalho um misto de promessa e ameaça, por pouca coisa os flagelados, em sua necessidade extrema, passavam a ser adestrados, cumprindo as ordens de atividade constante e permanecendo, muitas vezes, na obediência e resignação. Aquele que não fosse à Revolução, iria servir nos postos de trabalho oferecidos pelo governo em Sobral, por exemplo, onde se encontrava o prolongamento da estrada de ferro em direção a Piauí.

Mas há um detalhe importante a se notar quando se trata da intimação ao alistamento para a Revolução Constitucionalista, que é justamente o fato de as imposições feitas, “ou você vai lutar, ou vai trabalhar de sol a sol”, permitirem detectarmos o sentido do trabalho menos ou mais vantajoso quanto ao prestígio que se poderia conseguir: trabalhar na estrada de ferro parecia não ser dignificante, mas ir para a guerra já obtinha sentido contrário, pois era mais leve o serviço, haveria a possibilidade de viagem, e por cima, também o brilho das honras militares. Muitos que foram persuadidos nessa campanha, que intencionava arregimentar homens para a guerra, nem sabiam de fato o que iam fazer pelas bandas de São Paulo, na verdade estavam seguindo o curso do processo histórico sem se darem conta do verdadeiro sentido do conflito, pois não conheciam os interesses em jogo, muito menos viam de maneira clara o que poderia lhes suceder por lá.

Quanto ao número de ipuenses que foram servir na Revolução, não temos referência exata, contudo, é certo que alguns homens, não só do Campo de Concentração, mas do restante da

cidade, foram para São Paulo guerrear. Quando perguntei à Budinha sobre quantos homens haviam ido servir em São Paulo, ela disse: “saiu de muitas partes, só gente que servia, saía da rua, das outras parte. Foi umas pouca de pessoa mesmo. Aquele pai do Chico Lima, o Luis Lima, ele foi pra guerra”.<sup>11</sup> Se não temos o número aproximado de combatentes enviados, ao menos podemos compreender o sentido que se dava a essa participação militar. Como já foi dito, antes, havia nisso também uma maneira de conseguir honras, de adquirir novos aprendizados que mais tarde seriam utilizados a favor próprio, como diferenciação de um indivíduo dentro da massa homogênea de flagelados.

Mesmo com todas as dificuldades, uma vida não seria possível de suportar se não houvesse as táticas de sobrevivência dentro desses mecanismos maiores de poder. O homem comum, como Certeau deixa entendido em sua *A Invenção do Cotidiano*, consegue desconfigurar aquilo que é imposto e age com as próprias formas de ver, pensar e fazer. Ou seja, ainda que “engolido” por um gigantesco aparelho de coercitividade, o concentrado exercia seu próprio poder e burlava algumas regras. Uma delas estão ligadas ao fator de ir ou não às festas. O concentrado conseguia vez e outra “dar uma saidinha”, fugir do comum do “todo dia” do Campo. Isso acontecia quando o vigia maior, que foi inicialmente o tenente Clóvis e depois Antônio Quixadá, não estava mais cumprindo as suas funções por ali. Dessas maneiras se levou a vida até o ano de 1933.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, Francisco Magalhães. *Mundo Agreste*: Contos. Leitura. Sem data

ARAÚJO, Francisco. *Entre o verbo e o verso*. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 1974

---

<sup>11</sup> Raimunda Vera-Cruz de Oliveira (Budinha), entrevista já citada.

LIMA, Joaquim. *A administração em Ipu no Regime Revolucionário*. Sobral – CE: Oficinas gráficas do Correio da Semana, 1935

ARAÚJO, Francelina Martins. *Cascata de Cristais*. Fortaleza: FIEC/SENAI/CE, 1994

SÁ JÚNIOR, Jerônimo; MARTINS, Francisco de Assis. *O Ipu e a Igreja Católica*. Fortaleza: Encaixe, 2012.

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Ipu: Da Ocupação do Espaço Urbano ao Campo de Concentração*. Sobral: 2003.

ARAÚJO, Raimundo Alves de; SILVEIRA, Edvanir Maia da. A cidade e a seca: o Campo de Concentração de 1932 e as transformações urbanas em Ipu-CE. In: *Revista da Casa da Geografia de Sobral*. Sobral, v. 8/9, n. 1, p. 99-110, 2006/2007.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BENJAMIM, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Trad: Alda Porto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DEL PRIORI, Mary. *História do Cotidiano e da Vida Privada*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Capus, 1997, <[http://www.4shared.com/office/DiSTF5Xr/Domnios\\_da\\_Histria.html](http://www.4shared.com/office/DiSTF5Xr/Domnios_da_Histria.html)> (Acesso: em 13/03/2013).

DUBY, Georges. *Poder privado, Poder público*. In: ARIÈS, Philippe; Duby, Georges. (orgs) *História da vida privada: Da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Prefácio à História da Vida Privada*. In: ARIÈS, Philippe; Duby, Georges. (orgs) *História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FILHO, Antônio Vitorino Farias. *O discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu – CE (1894-1930)*. Fortaleza: 2009.

\_\_\_\_\_. *O trem e a cidade: as transformações urbanas em Ipu-CE (1894-1935)*. Sobral: 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, <[http://downloaddelivroshist.blogspot.com.br/2012/08/blog-post\\_4454.html](http://downloaddelivroshist.blogspot.com.br/2012/08/blog-post_4454.html)> (Acesso em: 15/03/2013).

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_ *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (orgs) *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo, SP – Brasil, 1981.

NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. (orgs) *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Projeto História, São Paulo, (14) fev. 1997.

\_\_\_\_\_ *Tentando aprender um pouquinho um pouquinho mais: algumas reflexões sobre ética na História Oral*. In: Projeto História. Programa de Estudos Pós-graduados em História e Departamento de História. PUC-SP: 1997

RANUM, Orest. *Os refúgios da intimidade*. In: ARIÈS, Philippe; Duby, Georges. (orgs) *História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

\_\_\_\_\_ *O Valente e a Farda: as peripécias de um narrador e sua indumentária nas secas do Ceará*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, p. 351-365, julho-dezembro de 2011.

SAMUEL, Raphael. *História Local e História Oral*. In: Revista Brasileira de História, nº 19. São Paulo: 1990.

VAINFAS, Ronaldo. *História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas*. In: Anais do Museu Paulista. N. Sér. v.4 p.9-27 jan./dez. 1996.

\_\_\_\_\_ *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Capus, 1997 < [http://www.4shared.com/office/DiSTF5Xr/Domnios\\_da\\_Histria.html](http://www.4shared.com/office/DiSTF5Xr/Domnios_da_Histria.html)> (Acesso: em 13/03/2013).

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo (ET all). *A pesquisa em História*. Editora Ática: 2002.